

# Termo de Referência 34/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2024	154054-FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL /MS	CAMILLA MINERVINI DA SILVA	06/06/2024 10:31 (v 9.0)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23104.019678/2023-06

## 1. Aquisição de adubos, insumos, Def. e Sem

### 1. Definição do Objeto

#### 1.1 EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na *Lei n.º 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto n.º 11.462/2023 e pela Instrução Normativa (IN) nº 73 /2022*, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

Observadas principalmente, no que couber e se aplicar: Lei nº 14.133/2021, Art. 2º, inciso II, Art. 5º, Art. 6º, Incisos X, XV, Art. 40, 41, 42, 43 e 44. At. 78, inciso IV, Artigos 82 a 85; Decreto nº 11.462/2023; Decreto nº 8.538, de 2015; Decreto nº 7.746, de 2012; Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022; Instrução Normativa Seges/ME n. 65, de 2021; Instrução Normativa 98 de 26/12/2022, IN 05/2017; e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 6ª Edição.

## 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Aquisição de materiais de adubos, insumos, defensivos e sementes para atendimento diversas unidades da UFMS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
		ACEFATO, CONCENTRAÇÃO 75% P/P, FORMA FÍSICA PÓ					

1	418.730	SOLÚVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 30560-19-1		KG	35	R\$ 134,26	R\$ 4.699,10
2	319.141	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CLORETO DE POTÁSSIO A 58% DE K <sub>2</sub> O, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENSACADO	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	SC 50.00 KG	55	R\$ 381,78	R\$ 20.997,90
3	319.141	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CLORETO DE POTÁSSIO A 58% DE K <sub>2</sub> O, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENSACADO		SC 50.00 KG	120	R\$ 353,71	R\$ 42.445,20
4	299.363	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (00.25.15)	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	SC 50.00 KG	245	R\$ 210,32	R\$ 51.528,40
5	299.363	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (00.25.15)	"Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000"	SC 50.00 KG	55	R\$ 210,32	R\$ 11.567,60
6	291.401	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (5.25.15) + ZINCO	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	SC 50.00 KG	12	R\$ 299,13	R\$ 3.589,56
7	252.688	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (8,28,16) + 0,4% ZN	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	SC 25.00 KG	35	R\$ 279,80	R\$ 9.793,00
8	252.690	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SSP (SUPER FOSFATO SIMPLES)	<b>COTA EPP ME do Item 10.</b>	SC 50.00 KG	21	R\$ 386,41	R\$ 8.114,61
9	252.690	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SSP (SUPER FOSFATO SIMPLES)	"Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000"	SC 50.00 KG	6	R\$ 386,41	R\$ 2.318,46
10	252.690	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SSP (SUPER FOSFATO SIMPLES)		SC 50.00 KG	209	R\$ 386,41	R\$ 80.759,69
			Adubo químico, aspecto físico: granulado, composição básica:				

11	304.568	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SUPERFOSFATO TRIPLO, MÍNIMO 40% DE P2 O3, APLICAÇÃO AGRÍCOLA	superfosfato triplo, mínimo 40% de P2O3, aplicação: agrícola. Unidade de fornecimento: saco de 50 quilogramas. Item para o Campus de Chapadão do Sul, Endereço para entrega: Rod. MS 306, KM 105, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 79.560-000	SC 50.00 KG	30	R\$ 400,44	R\$ 12.013,20
12	304.568	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SUPERFOSFATO TRIPLO, MÍNIMO 40% DE P2 O3, APLICAÇÃO AGRÍCOLA	<b>COTA EPP ME do Item 13.</b>	SC 50.00 KG	21	R\$ 386,29	R\$ 8.112,09
13	304.568	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SUPERFOSFATO TRIPLO, MÍNIMO 40% DE P2 O3, APLICAÇÃO AGRÍCOLA		SC 50.00 KG	209	R\$ 386,29	R\$ 80.734,61
14	304.569	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA UREIA, 44% DE NITROGÊNIO, APLICAÇÃO AGRÍCOLA	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	SC 50.00 KG	444	R\$ 484,27	R\$ 215.015,88
15	304.569	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA UREIA, 44% DE NITROGÊNIO, APLICAÇÃO AGRÍCOLA	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000. <b>COTA EPP ME Item 14.</b>	SC 50.00 KG	148	R\$ 484,27	R\$ 71.671,96
16	304.569	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA UREIA, 44% DE NITROGÊNIO, APLICAÇÃO AGRÍCOLA	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	SC 50.00 KG	6	R\$ 484,27	R\$ 2.905,62
17	318.050	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO BÁSICA SULFATO DE AMÔNIO A 20% DE N E 24% DE S, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENSACADO	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	SC 50.00 KG	12	R\$ 219,30	R\$ 2.631,60
18	318.050	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO BÁSICA SULFATO DE AMÔNIO A 20% DE N E 24% DE S, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENSACADO		SC 50.00 KG	110	R\$ 219,30	R\$ 24.123,00
19	249.017	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ/GRANULADO, COR BRANCA, COMPOSIÇÃO BÁSICA	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande	SC 50.00 KG	55	R\$ 293,60	R\$ 16.148,00

		NPK (10.10.10)	– Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000				
20	249.017	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ/GRANULADO, COR BRANCA, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (10.10.10)	Item para utilização e entrega em Campo Grande/MS no Estádio Moreirão	SC 50.00 KG	20	R\$ 293,60	R\$ 5.872,00
21	242.409	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ/GRANULADO, COR BRANCA, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (8.28.16)		SC 50.00 KG	55	R\$ 280,79	R\$ 15.443,45
22	314.777	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ/GRANULADO, COR MISTA, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (00.20.20), APLICAÇÃO AGRÍCOLA	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	KG	470	R\$ 20,90	R\$ 9.823,00
23	247.494	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO PÓ/GRANULADO, COR MISTA, COMPOSIÇÃO BÁSICA NPK (08.20.20), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ZINCO 0,3	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	KG	450	R\$ 8,64	R\$ 3.888,00
24	438.255	ALFACIPERMETRINA, CONCENTRAÇÃO 10% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 67375-30-8	Alfacipermetrina, concentração: 10% p,v, apresentação: suspensão concentrada, número de referência química: cas 67375-30-8. Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso nas culturas do algodão, milho e soja. Fornecer em embalagens de 1 litro, originalmente lacradas. Produtos comerciais de referência: Fastac 100 SC ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCs, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	L	25	R\$ 208,22	R\$ 5.205,50
25	216.955	AREIA, TIPO LAVADA, GRANULOMETRIA GROSSA		SC 20.00 KG	30	R\$ 7,75	R\$ 232,50
26	380.361	ATRAZINA, CONCENTRAÇÃO 60% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 93616-39-8	Herbicida Atrazina (500 g/L) seletivo de ação sistêmica, de pré e pós-emergência precoce do grupo químico da triazina. Tipo de formulação: suspensão concentrada (SC). Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso para nas culturas cana-de-açúcar, milho sorgo. Cotar o litro. Fornecer em embalagens de 20 litros, originalmente lacradas. Produtos de referência: Atrazina Nortox 500 SC ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o Campus de	L	140	R\$ 43,53	R\$ 6.094,20

			Chapadão do Sul, Endereço para entrega: Rod. MS 306, KM 105, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 79.560-000				
27	402.953	CALCÁRIO DOLOMITICO, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO PRNT MÍNIMO DE 90%	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	KG	49001	R\$ 1,34	R\$ 65.661,34
28	402.953	CALCÁRIO DOLOMITICO, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO PRNT MÍNIMO DE 90%	Item para ser entregue na Fazenda Escola - UFMS em Terenos/MS	KG	63000	R\$ 1,34	R\$ 84.420,00
29	402.953	CALCÁRIO DOLOMITICO, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO PRNT MÍNIMO DE 90%	Item para ser entregue na Fazenda Escola - UFMS em Terenos/MS. <b>COTA EPP ME do Item 28.</b>	KG	15000	R\$ 1,34	R\$ 20.100,00
30	402.953	CALCÁRIO DOLOMITICO, ASPECTO FÍSICO PÓ, COMPOSIÇÃO PRNT MÍNIMO DE 90%	Item para utilização e entrega em Campo Grande/MS no Estádio Morenã	SC 50.00 KG	2	R\$ 57,88	R\$ 115,76
31	396.007	CAL VIVA, MATERIAL ÓXIDO CÁLCIO, COR BRANCA, APRESENTAÇÃO PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INODORO, COM FIXADOR, PUREZA MÍNIMA 90%	Características Adicionais: Inodoro, Com Fixador, Pureza Mínima 90%;	KG	1000	R\$ 44,91	R\$ 44.910,00
32	438.841	CARBOSULFANO, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO À BIFENTRINA, CONCENTRAÇÃO 150 G/L + 50 G/L, APRESENTAÇÃO CONCENTRADO EMULSIONÁVEL	Carbosulfano, composição: associado à bifentrina, concentração: 150 g/L + 50 g/L, apresentação: concentrado emulsionável. Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso nas culturas do algodão, cana-de-açúcar, milho e soja. Fornecer em embalagens de 1 litro, originalmente lacradas. Produto de referência: Talisman ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	L	12	R\$ 113,86	R\$ 1.366,32
33	390.763	CLETODIM, CONCENTRAÇÃO 24% P/V, FORMA FÍSICA CONCENTRADO EMULSIONÁVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 99129-21-2	Herbicida sistêmico de pré e pós-emergência, do grupo químico oxima ciclohexanodiona. Tipo de formulação: concentrado emulsionável (EC). Ter registro no MAPA. Fornecer em embalagens de 5 litros, originalmente lacradas.	L	55	R\$ 122,65	R\$ 6.745,75
34	422.419	CLORANTRANILIPROLE, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO A LAMBDA-CIALOTRINA, CONCENTRAÇÃO 10% + 5% P/V, FORMA FÍSICA SUSPENSÃO		L	20	R\$ 433,74	R\$ 8.674,80

		CONCENTRADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 500008-45-7 + CAS 91465-08-67					
35	395.339	CUMATETRALIL, CONCENTRAÇÃO 0,75% P/P, FORMA FÍSICA PÓ DE CONTATO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 5836-29-3	Cumatetralil - Forma Física: Pó De Contato - Número De Referência Química: Cas 5836-29-3 Concentração: 0,75% P/P - Raticida a base de Cumatetralil (0,75% p/p). Forma física: pó (pó hidrorrepelente). Ação por contato e ingestão. Indicado para o controle de Ratos, Ratazanas e Camundongos para áreas internas e externas e ser seguro para espécies não-alvo. Fornecer em embalagens de 1 quilograma, originalmente lacradas. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	KG	3	R\$ 143,99	R\$ 431,97
36	405.586	DELTAMETRINA, CONCENTRAÇÃO 2,5% P/V, APRESENTAÇÃO CONCENTRADO EMULSIONÁVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 52918-63-5	Deltametrina, concentração: 2,5% p,v, apresentação: concentrado emulsionável, número de referência química: cas 52918-63-5. Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso nas culturas do abacaxi, algodão, amendoim, café, eucalipto, feijão, feijão-vagem, pastagem, seringueira, milho, soja, sorgo, etc. Fornecer em embalagens de 1 litro, originalmente lacradas. Produtos comerciais de referência: Decis 25 EC ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	L	10	R\$ 133,87	R\$ 1.338,70
37	412.073	DIQUATE, CONCENTRAÇÃO 20% P/V, FORMA FÍSICA CONCENTRADO SOLÚVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 2764-72-9		L	100	R\$ 124,99	R\$ 12.499,00
38	323.586	ESPALHANTE ADESIVO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO MISTURAS ÉSTERES METÁLICOS, HIDROCARBONETO AROMÁTICO, CONCENTRAÇÃO 428 G/KG, APLICAÇÃO HERBICIDA PÓS-EMERGENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADJUVANTE	Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000	L	110	R\$ 47,56	R\$ 5.231,60
		ESPALHANTE ADESIVO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO MISTURAS					

39	323.586	ÉSTERES METÍLICOS, HIDROCARBONETO AROMÁT I, CONCENTRAÇÃO 428 G/KG, APLICAÇÃO HERBICIDA PÓS-EMERGENTES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADJUVANTE		L	25	R\$ 47,56	R\$ 1.189,00
40	391.224	ESPIROMESIFENO, CONCENTRAÇÃO 24% P/V, FORMA FÍSICA SUSPENSÃO CONCENTRADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 283594-90-1	Espiromesifeno, concentração: 24% p,v, forma física: suspensão concentrada, número de referência química: cas 283594-90-1. Ter registro no MAPA. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	L	6	R\$ 215,75	R\$ 1.294,50
41	446.431	ETIPROLE, CONCENTRAÇÃO 20% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA	Etiprole, concentração: 20% p,v, apresentação: suspensão concentrada. Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso nas culturas do algodão, arroz, cana-de-açúcar, café e soja. Fornecer em embalagens de 1 litro, originalmente lacradas. Produto comercial de referência: Curbix 200 SC ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000.	L	25	R\$ 166,50	R\$ 4.162,50
42	465.465	FERTILIZANTE NATURAL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA MÍNIMO 17% DE CALCIO, 25% DE ENXOFRE E 0,6 % P2O5, APLICAÇÃO AGRÍCOLA, TIPO GESSO AGRÍCOLA, APRESENTAÇÃO FARELO	Fertilizante natural, composição química: mínimo 17% de cálcio, 25% de enxofre e 0,6 % P2O5, aplicação: agrícola, tipo: gesso agrícola, apresentação: farelo. Item para o Campus de Chapadão do Sul, Endereço para entrega: Rod. MS 306, KM 105, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 79.560-000	T	6	R\$ 481,33	R\$ 2.887,98
43	465.465	FERTILIZANTE NATURAL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA MÍNIMO 17% DE CALCIO, 25% DE ENXOFRE E 0,6 % P2O5, APLICAÇÃO AGRÍCOLA, TIPO GESSO AGRÍCOLA, APRESENTAÇÃO FARELO	Gesso para uso agrícola (QUILO) - Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000.	UN	9000	R\$ 13,31	R\$ 119.790,00
44	465.465	FERTILIZANTE NATURAL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA MÍNIMO 17% DE CALCIO, 25% DE ENXOFRE E 0,6 % P2O5, APLICAÇÃO AGRÍCOLA, TIPO GESSO AGRÍCOLA, APRESENTAÇÃO FARELO	Gesso para uso agrícola (QUILO) - Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000. <b>COTA EPP ME do Item 43.</b>	UN	3000	R\$ 13,31	R\$ 39.930,00
		FERTILIZANTE NATURAL,					

45	465.465	COMPOSIÇÃO QUÍMICA MÍNIMO 17% DE CALCIO, 25% DE ENXOFRE E 0,6 % P205, APLICAÇÃO AGRÍCOLA, TIPO GESSO AGRÍCOLA, APRESENTAÇÃO FARELO	Item para ser entregue na Fazenda escola	KG	800	R\$ 3,29	R\$ 2.632,00
46	439.067	FIPRONIL, CONCENTRAÇÃO 80% P/P, APRESENTAÇÃO GRANULADO DISPERSÍVEL	Inseticida Fipronil (800 g/kg), do grupo químico do Pirazol. Tipo de formulação: granulado dispersível (WG). Fornecer em embalagens de 1 quilograma, originalmente lacradas. Possuir registro no MAPA. Produto de referência: Regent 800 WG ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante.  Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	KG	112	R\$ 1.403,33	R\$ 157.172,96
47	439.067	FIPRONIL, CONCENTRAÇÃO 80% P/P, APRESENTAÇÃO GRANULADO DISPERSÍVEL	Inseticida Fipronil (800 g/kg), do grupo químico do Pirazol. Tipo de formulação: granulado dispersível (WG). Fornecer em embalagens de 1 quilograma, originalmente lacradas. Possuir registro no MAPA. Produto de referência: Regent 800 WG ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante.  Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI - <b>COTA</b> <b>EPP ME Item 46.</b>	KG	37	R\$ 1.403,33	R\$ 51.923,21
48	412.305	GLIFOSATO, COMPOSIÇÃO SAL POTÁSSICO, CONCENTRAÇÃO 62% P/V, APRESENTAÇÃO CONCENTRADO SOLÚVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 1071-83-6	Herbicida seletivo condicional de ação sistêmica, do grupo químico glicina substituída.  Tipo de formulação: concentrado solúvel (SL). Fornecer em embalagens de 20 litros, originalmente lacradas. Produto comercial de referência: ZAPP QI 620 ou similar.	L	200	R\$ 73,50	R\$ 14.700,00
49	381.388	GLIFOSATO, CONCENTRAÇÃO 72% P/P, APRESENTAÇÃO GRANULADO DISPERSÍVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1071-83-6	Herbicida Glifosato (sal de amônio glifosato 792,5 g/kg) não seletivo, de ação sistêmica de pós-emergência do grupo químico glicina substituída. Tipo de formulação: granulado dispersível (WG). Ter registro no MAPA e recomendações de uso nas culturas do algodão, arroz, café, citros, cana-de- açúcar, eucalipto, milho, pinus e soja. Fornecer em embalagens de 5 quilogramas, originalmente lacradas. Produto comercial de referência: Glifosato 720 WG Nortox ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o Campus	KG	120	R\$ 116,66	R\$ 13.999,20



			de Chapadão do Sul; Endereço para Entrega: Rod. MS 306, KM 105, S/N, Bairro Zona Rural- CEP: 79.560-000.				
50	381.388	GLIFOSATO, CONCENTRAÇÃO 72% P/P, APRESENTAÇÃO GRANULADO DISPERSÍVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1071-83-6	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	L	240	R\$ 61,06	R\$ 14.654,40
51	381.388	GLIFOSATO, CONCENTRAÇÃO 72% P/P, APRESENTAÇÃO GRANULADO DISPERSÍVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1071-83-6	"Item para o Campus de Chapadão do Sul Endereço para entrega: Rod. MS 306 – KM 105 – s/nº - Bairro Zona Rural – Chapadão do Sul – MS CEP 79560-000"	L	2	R\$ 61,06	R\$ 122,12
52	381.388	GLIFOSATO, CONCENTRAÇÃO 72% P/P, APRESENTAÇÃO GRANULADO DISPERSÍVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA 1071-83-6	Tipo Kapina Plus Item para utilização e entrega em Campo Grande/MS no Estádio Morenã	L	90	R\$ 146,88	R\$ 13.219,20
53	297.625	GRAFITE, APLICAÇÃO TRATAMENTO DE SEMENTES NA AGRICULTURA, APRESENTAÇÃO PÓ	Grafite, aspecto físico: pó, aplicação: redutor atrito, lubrificação em geral. Indicado ser aplicado nas sementes ou nas caixas de sementes de semeadoras. Unidade de fornecimento: saco com 5 quilogramas.	SC 5.00 KG	20	R\$ 90,94	R\$ 1.818,80
54	399.050	HALOXIFOPE-P-METÍLICO, CONCENTRAÇÃO 12,47% P/V, APRESENTAÇÃO CONCENTRADO EMULSIONÁVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 95977-29-0		L	25	R\$ 240,11	R\$ 6.002,75
55	380.259	IMIDACLOPRIDO, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO AO TIODICARBE, CONCENTRAÇÃO 15% + 45% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA	Inseticida imidacloprido, composição associado ao tiodicarbe, concentração 15% + 45% p/v, apresentação suspensão concentrada (Cropstar ou similar). Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	L	6	R\$ 329,74	R\$ 1.978,44
56	458.028	MANCOZEBE, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO AO TEBUCONAZOL + PICOXISTROBINA, CONCENTRAÇÃO 40% + 3,33% + 2,66% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA	Mancozebe, composição: associado ao tebuconazol + picoxistrobina, concentração: 40% + 3,33% + 2,66% p,v, apresentação: suspensão concentrada. Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso para o controle de doenças nas culturas da soja, mamão, manga e melão. Fornecer em embalagens de 20 litros, originalmente lacradas. Produto	L	80	R\$ 69,00	R\$ 5.520,00

			comercial de referência: Cronnos ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante.				
57	387.734	MESOTRIONA, CONCENTRAÇÃO 48% P/V, FORMA FÍSICA SUSPENSÃO CONCENTRADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 104206-82-8	Herbicida Mesotriona (480,0 g /L) de ação sistêmica, pós-emergente do grupo químico tricetona. Tipo de formulação: suspensão concentrada (SC). Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso na cultura do milho e cana-de-açúcar. Fornecer em embalagens de 1 litro, originalmente lacradas. Produtos de referência: Callisto ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o Campus de Chapadão do Sul, Endereço para entrega: Rod. MS 306, KM 105, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 79.560-000	L	20	R\$ 272,03	R\$ 5.440,60
58	388.018	METOMIL, CONCENTRAÇÃO 21,5% P/V, FORMA FÍSICA CONCENTRADO SOLÚVEL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 16752-77-5		L	124	R\$ 61,64	R\$ 7.643,36
59	428.242	PIRACLOSTROBINA, COMPOSIÇÃO ASSOCIADA A FLUXAPIROXADE, CONCENTRAÇÃO 33,3% + 16,7% M/V, FORMA FÍSICA SUSPENSÃO	Piraclostrobina, composição: associada a Fluxapiraxade, concentração: 33,3% + 16,7% m. v., forma física: suspensão. Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso para o controle de doenças nas culturas algodão, café, feijão, feijão-caupi, girassol, milheto, milho, soja, etc. Fornecer em embalagens de 5 litros, originalmente lacradas. Produto comercial de referência: Orkestra SC ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante.	L	25	R\$ 670,79	R\$ 16.769,75
60	485.272	PROTIOCONAZOL, COMPOSIÇÃO ASSOCIADO À TRIFLOXISTROBINA E BIXAFEM, CONCENTRAÇÃO 17,5% P/V + 15% P/V + 12,5% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA		L	20	R\$ 311,97	R\$ 6.239,40
61	420.922	SAFLUFENACIL, CONCENTRAÇÃO 70% P/P, APRESENTAÇÃO GRÂNULOS DISPERSÍVEIS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 372137-35-4	Herbicida Saflufenacil (700 g /kg) seletivo condicional de contato. Tipo de formulação: grânulos dispersíveis em água (WG). Ter registro no MAPA e possuir indicação de uso nas culturas da soja, cana-de-açúcar, girassol, algodão, feijão, milho, arroz, arroz irrigado, batata, trigo, culturas perenes, pastagens. Fornecer em embalagens de 1 quilograma, originalmente lacradas. Produto	KG	3	R\$ 740,33	R\$ 2.220,99

			de referência: Heat ou similar. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV /PROADI				
62	485.323	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESCARIFICADA, SEM REVESTIMENTO, VALOR CULTURAL MÍ, APLICAÇÃO PLANTAÇÃO AGRÍCOLA, ESPÉCIE 1 PANICUM MAXIMUM, CLASSIFICAÇÃO 1 CV. BRS. ZURI	Semente Capim ZURI, panicum maximum CV BRS.	KG	350	R\$ 26,73	R\$ 9.355,50
63	485.323	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESCARIFICADA, SEM REVESTIMENTO, VALOR CULTURAL MÍ, APLICAÇÃO PLANTAÇÃO AGRÍCOLA, ESPÉCIE 1 PANICUM MAXIMUM, CLASSIFICAÇÃO 1 CV. BRS. ZURI	Semente Capim ZURI, panicum maximum CV BRS. ENTREGAR NO CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL.	KG	120	R\$ 26,73	R\$ 3.207,60
64	402.202	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, CLASSIFICAÇÃO CULTIVAR BRS PIATÃ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VALOR CULTURAL MÍNIMO 70%, ESPÉCIE 1 BRACHIARIA BRIZANTHA	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	SC 20.00 KG	25	R\$ 701,68	R\$ 17.542,00
65	411.137	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, CLASSIFICAÇÃO CULTIVAR MOMBAÇA, ESPÉCIE 1 PANICUM MOMBAÇA	Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000	SC 20.00 KG	25	R\$ 564,53	R\$ 14.113,25
66	388.596	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, ESPÉCIE 1 BRACHIÁRIA RUZIZIENSIS	Semente. Semente de Brachiaria ruziziensis. Sementes incrustadas. Germinação: mínimo de 85%. Sementes puras: mínimo de 95%. Possuir registro no RENASEM. Unidade de fornecimento: saco com 10 quilogramas de sementes. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	EMB 10.00 KG	12	R\$ 193,10	R\$ 2.317,20
67	234.826	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, ESPÉCIE MILHO HÍBRIDO	Milho Híbrido, para produção de silagem da planta inteira, pureza 99%, germinação mínima 85%, resistente a Glifosato e tolerante ao ataque de lagartas, embalagem com 60.000 sementes. Item para a Fazenda Escola da UFMS Endereço para entrega: Rod. BR 262 – KM 380 – Primeira entrada à direita, sentido Campo	SC 60000.00 UN	25	R\$ 759,94	R\$ 18.998,50

			Grande – Terenos Terenos – MS – CEP 79190-000				
68	253.885	SEMENTE, TIPO GRAMÍNEA, ESPÉCIE PENNISETUM GLAUCUM (MILHETO)	Semente. Semente de milheto. Fornecer em sacos de 25 quilogramas de sementes, originalmente lacradas. Germinação: mínimo de 75%. Possuir registro no RENASEM. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	KG	125	R\$ 6,57	R\$ 821,25
69	612.059	SEMENTE, TIPO HÍBRIDA, ESPÉCIE MILHO HÍBRIDO, APLICAÇÃO PLANTIO, CLASSIFICAÇÃO 1 SUPER PRECOCE VTPRO2	Semente. Semente de híbrido de milho, certificada, recomendado para semeadura em terras altas (acima de 700 m), grupo de maturidade precoce, indicado para verão e safrinha, finalidade grão/silagem, boa tolerância ao complexo de enfezamentos e virose, baixo fator de reprodução de <i>Pratylenchus brachyurus</i> . Tecnologias: Leptra, Herculex, LibertyLink, YieldGald, Agrisure Viptera, Roundup Ready. Tratamento de sementes industrial com fungicida e inseticida contra mastigador e sugador. Germinação: mínima de 80%. Pureza: mínima de 95%. Produto comercial de referência: P4285VYHR ou similar. Unidade de fornecimento: sacos de 20 quilogramas (60.000 sementes), originalmente lacradas. Possuir registro no RENASEM. Validade de 80% do prazo concedido pelo fabricante. Item para o Campus de Chapadão do Sul, Endereço para entrega: Rod. MS 306, KM 105, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 79.560-000.	SC 20.00 KG	3	R\$ 1.196,43	R\$ 3.589,29
70	243.608	SEMENTE, TIPO LEGUMINOSA, ESPÉCIE CROTALÁRIA SPECTABILIS	Semente. Semente de leguminosa, <i>Crotalaria spectabilis</i> . Fornecer em sacos de 25 quilogramas de sementes, originalmente lacradas. Germinação: mínimo de 70%. Possuir registro no RENASEM. Item para o CPCS, porém entregar na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - DISERV/PROADI	KG	125	R\$ 41,44	R\$ 5.180,00
71	289.840	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, TIPO USO LIMPEZA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS, COR INCOLOR	Removedor de resíduos químicos em tanque de pulverizador agrícola, a base de surfactantes e reagentes específicos. Fornecer em embalagens de 1 litro. Ter registro no MAPA. Produto	L	100	R\$ 96,25	R\$ 9.625,00

			comercial de referência: Neutralize Ultra ou similar.				
72	329.820	SUBSTRATO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ISENTO CONTAMINAÇÃO, APLICAÇÃO PRODUÇÃO DE MUDAS HORTALIÇAS, MATERIAL A BASE DE CASCA DE PINOS VERMICOLITA	COTAR EM KG E ENTREGAR EM SACO DE 5 KG.	KG	15	R\$ 15,39	R\$ 230,85
73	468.723	SUBSTRATO AGRÍCOLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SUBSTRATO BALANCEADO E INSENTO DE PRAGAS E DOENÇAS, APLICAÇÃO PRODUÇÃO DE MUDAS, MATERIAL FIBRA DE COCO, CASCA DE PINUS MOÍDA E COMPOSTADA,		SC 25.00 KG	5	R\$ 66,49	R\$ 332,45
74	388.005	SULFLURAMIDA, CONCENTRAÇÃO 0,3% P/P, APRESENTAÇÃO ISCA GRANULADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 4151-50-2	Item para utilização e entrega em Campo Grande/MS no Estádio Morenã	KG	150	R\$ 18,57	R\$ 2.785,50
75	380.738	TEMBOTRIONA, CONCENTRAÇÃO 42% P/V, APRESENTAÇÃO SUSPENSÃO CONCENTRADA, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 335104-84-2	Padrão SOBERAN	L	25	R\$ 644,80	R\$ 16.120,00
Valor Total							R\$ 1.562.752,92

2.2 Os itens 10 (252.690), 13 (304.568), 14 (304.569), 28 (402.953), 43 (465.465) e 46 (439.067) serão abertos à ampla concorrência.

2.3 O item 08 (252.690) é cota EPP ME do item 10. O item 12 (304.568) é cota EPP ME do item 13. O item 15 (304.569) é cota EPP ME do item 14. O item 29 (402.953) é cota EPP ME do item 28. O item 44 (465.465) é cota EPP ME do item 43. O item 47 (439.067) é cota EPP ME do item 46. Estes itens serão exclusivos para ME EPP.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar N.º 14/2024, e inciso XIII do Artigo 6º da Lei 14.133/2021: *aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

2.6 Deverá ser observada atentamente a unidade de cotação e a unidade de fornecimento, quando discriminadas na descrição complementar.

2.7 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho, que substituirá o contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso – Artigo 22 – Decreto 11462/2023;

2.9 O prazo de vigência da contratação (**que será representada pela nota de empenho – conforme inciso II do Artigo 95 da Lei 14.133**) é de 30 dias contados da data de recebimento da nota de empenho, para entrega de forma única.

2.10 Em caso de contrato decorrente da ata de registro de preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida na forma prevista nos Arts. 35 e 36 do Decreto 11462/2023.

2.11 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12 A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13 O contrato, **PODERÁ SER** substituído pela nota de empenho. Em caso de entregas parceladas ou aquisições com instalação, deverá ser enviado o anexo ao empenho. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação (entrega do objeto), discorrerá em cláusula específica deste Termo de Referência.

2.14 Em razão do catálogo eletrônico de padronização para compras (inciso II caput Artigo 19 da Lei 14.133/2023), que será utilizado conforme o Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 14.133/2023 ainda não estar vigente, **todas as especificações são retiradas do código do novo catálogo CATMAT**, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração. As descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

2.15 Justificativa para o parcelamento ou não do objeto: conforme ETP DIGITAL nº 14 /2024 (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022). As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. **No caso desta licitação, será seguida a regra do parcelamento, com lances por item.**

2.16 Em caso de haver órgãos participantes na IRP:

2.16.1 O número máximo de participantes, cuja sede estiver localizada fora do local de entrega da UASG GESTORA, será analisada também em conformidade com o número de itens presentes no Termo de Referência, a quantidade de agentes de contratação e suas agendas, o tempo demandado para a licitação, a necessidade de utilização do objeto licitado pela UASG GESTORA e a tramitação interna processual.

2.16.2 Os quantitativos que poderão ser aceitos serão fixados conforme o tipo e a quantidade da unidade de fornecimento dos itens (em se tratando de UASGS localizadas fora do local de entrega da UASG GESTORA). Prerrogativa esta, dada pelos incisos I e II do Artigo 7º Decreto 11.462/2023:

*Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:*

*I - Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;*

*II - Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:*

*a) os quantitativos considerados ínfimos;*

*b) a inclusão de novos itens; e*

*c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.*

2.16.3 Quanto à inclusão de novos itens por desdobramento, em caso de intenção de participação de UASGS fora da sede da entrega dos materiais da UASG GESTORA, em função da capacidade operacional da UASG, quanto a nº de pregoeiros e prazos de realização da licitação, por necessidade de demanda dos itens pelos setores requisitantes, os critérios de aceitação serão analisados quanto:

a) A precedência por data de solicitação da manifestação da UASG (a que se manifestar primeiro);

b) O limite total de 330 itens (já incluídos os itens desdobrados);

c) A quantidade a ser manifestada (será analisada a questão de quantitativos considerados ínfimos em relação ao quantitativo da UASG GESTORA).

2.16.4 As competências do órgão ou Entidade Participante em manifestar seu interesse em participar do registro de preços estão estabelecidas no art. 8º do Decreto nº 11.462/2023.

2.17 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, a Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 37/2024, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Conforme o disposto no Inciso IV, Parágrafo 1º do Artigo 18, combinado com o inciso III do Artigo 40 da Lei 14.133/2021, as justificativas das quantidades a serem adquiridas foram enviadas pelas unidades requisitantes e estão disponíveis no processo, por meio dos Documentos De Formalização de Demanda SEI Nº 4824307 e 4820476. A consolidação das previsões internas elaboradas pelas unidades requisitantes da UFMS estão anexadas a este documento e no processo SEI 23104.019678/2023-06 sob número SEI 4818691.

### 4. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Art.6

4.1 Fazendo referência ao ETP DIGITAL nº 37/2024:

4.1.1 A UFMS é uma Instituição pública federal de educação superior, de qualidade, gratuita, financiada pelos cidadãos brasileiros, inclusiva e socialmente referenciada, que atua mediante processos integrados de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação; para gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano em um ambiente sustentável, e formar profissionais que atendam aos anseios da sociedade brasileira.

4.1.2 A UFMS possui, dentre as finalidades e objetivos definidos em seu estatuto, a função de geração, difusão e aplicação de conhecimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da sociedade, através das atividades de formação e qualificação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, caracterizando-se aí sua atividade fim. Dentre estas atividades, estão as aulas práticas e as pesquisas realizadas nos mais diversos laboratórios que atendem a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação.

4.1.3 As unidades requisitantes informaram o enquadramento da demanda no PDI Institucional, conforme ETP DIGITAL nº 37/2024, documento SEI nº 4827490.

4.1.4 A referida demanda contempla as previsões para os setores da UFMS realizadas para o biênio 2024/2025 e estão no documento SEI 4818691. As especificações técnicas dos bens e a quantidade dos materiais solicitados foi calculada pelas unidades, com base no histórico de utilização dos mesmos, conforme consta dos documentos de formalização de demanda ELENCADOS NO ITEM 4.1.6 devidamente atestados pela Unidade Requisitante.

**4.1.5 Segue abaixo as justificativas sobre a motivação da aquisição do objeto deste certame para cada unidade:**



COAD/FAMEZ: Estas aquisições estão alinhadas com o PDI Intitucional e ao PDU da Unidade Setorial - FAMEZ, visando garantir que a Unidade possa desenvolver da melhor maneira possível as atividades fins, ou seja o Ensino Pesquisa e Extensão através da manutenção das áreas de pastagens e plantios. A quantidade dos objetos requisitados estão em conformidade com históricos de utilização pela unidade considerando um prazo de um ano e serão utilizados período do primeiro e segundo semestre do ano de 2024.

COAD/INBIO: A aquisição de areia e substratos agrícolas visa atender os laboratórios de Botânica e Prática de Ensino. Os materiais serão utilizados nas aulas práticas de disciplinas da graduação A aquisição de gás GLP visa atender as aulas práticas de Fisiologia Vegetal, Ecologia da Restauração Ecológica e Propagação de Plantas e Horticultura orgânica que são ministradas para a graduação no laboratório de Botânica. No laboratório de Prática de Ensino por sua vez, estes materiais serão utilizados para reposição e manutenção dos kits de experimentoteca sobre germinação, uso e preparo do solo agrícola.

CPCS: A aquisição de fertilizantes, insumos, defensivos e sementes a fim de garantir o cultivo de espécies anuais e florestais e o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão ligados aos cursos de graduação e pós-graduação em Agronomia e Engenharia Florestal.

CPCX: A aquisição deste Adubos visa garantir o fortalecimento de espécies naturais da região que são plantadas no início de cada semestre letivo por uma atividade tradicional denominada "Trote ecológico" no CPCX, pelos acadêmicos e que, também, ajuda na conscientização da importância do meio ambiente, além de integralizar as turmas dos diferentes cursos que o CPCX oferece, propiciando um ambiente mais acolhedor.

DICE/PROECE: a aquisição destes materiais se faz necessária para a realização das atividades culturais, esportivas e/ou de extensão que ocorrem nos diversos espaços físicos vinculados à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) - principalmente no Estádio Moreirão. Essas atividades são desenvolvidas em conjunto com as Secretarias vinculadas à DICE /PROECE.

CPAR: Estas aquisições são para atender a Fazenda Escola, do Curso de Medicina Veterinária do CPAR, visando garantir que a Unidade possa desenvolver da melhor maneira possível as atividades fins, ou seja o Ensino Pesquisa e Extensão através da manutenção das áreas de pastagens e plantios.

SECAD/CPCX: A aquisição deste Adubos visa garantir o fortalecimento de espécies naturais da região que são plantadas no início de cada semestre letivo por uma atividade tradicional denominada "Trote ecológico" no CPCX, pelos acadêmicos e que, também, ajuda na conscientização da importância do meio ambiente, além de integralizar as turmas dos diferentes cursos que o CPCX oferece, propiciando um ambiente mais acolhedor.

**4.1.6 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir, conforme Inciso II, Parágrafo 1º do Artigo 18 da Lei 14.133/2021. Informamos abaixo a localização conforme o PCA no PNCP:**

1. ID PCA no PNCP: [15461510000133-0-000001/2023]
2. Data de publicação no PNCP: [19/05/2023]. Última atualização em 02/08/2023.
3. Id do item no PCA: [vários, conforme planilhas em anexo]
4. Classe/Grupo: [8720, 9620, 8710, 8730]
5. Identificador da Futura Contratação: [90028/2022, 90059/2023, 90278/2023]
6. DFDS IDENTIFICADORAS DAS CONTRATAÇÕES NO PCA: Documento SEI nº 4820476 e 4824311.

COAD/FAMEZ: DFD 148/2023 (SEI Nº 4753304)

COAD/INBIO: DFD 588/2023 e 530/2023 (SEI nº 4406755)

CPCS: DFD nº 664/2023 (SEI nº 4410720)

CPCX: DFD nº 328/2024 (SEI 4753503)

DICE/PROECE: DFD nº 344/2023 (SEI nº 4351205).

CPAR: DFD nº 484/2024 (SEI 4824311)

SECAD/CPCX: DFD nº 328/2024 (Sei 4753503)

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP nº 37/2024, apêndice deste Termo de Referência: "As etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, bem como a obtenção de matérias-primas e insumos e o processo produtivo são inerentes aos fabricantes, pela própria natureza do produto (Aquisição de materiais de adubos, insumos, defensivos e sementes), seu consumo é aplicado em diversas atividades fins da UFMS, e a disposição final deverá estar conforme o Plano de Logística sustentável e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a seguir".

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 6.1 - SUSTENTABILIDADE

6.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

6.1.2 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES **SUSTENTÁVEIS 6ª EDIÇÃO**.

Ex.: "**No que couber**, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, **instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.**"

**6.1.3** "Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, **NO QUE COUBER**, solicitar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

6.1.4 Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis : ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora(art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

6.1.5 Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

6.1.5.1 produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos;

6.1.6 “Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.”

6.1.7 O fabricante de agroquímicos também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Indústria Química; Código 15-11; Descrição Fabricação de fertilizantes e agroquímicos B41. O comerciante que revende/vende agrotóxicos e afins e fabricantes, devem estar registrados e regulares no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas do CNCS 6ª Edição sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide respectivamente (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Transporte, Terminais Depósitos e Comércio; Código: 18-66; Descrição: Agrotóxicos. Comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Lei nº 7.802/1989) e (Ficha Técnica de Enquadramento-FTE-Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código 21-47; Descrição: Aplicação de agrotóxicos e afins – Lei nº 7.802/1989).

Decreto nº 10.936, de 2022: Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.

## **6.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

Não se aplica na presente contratação.

## **6.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:**

Não se aplica na presente contratação.

## **6.4 Da exigência de amostra**

*6.4.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, quando e se for o caso poderá apresentar amostra*

do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, **bem como:**

- I) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;
- III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata (Inciso II, Artigo 18 Decreto 14.133/2023).

*6.4.2 A data, local e horário da apresentação da amostra será divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. As amostras poderão ser entregues no endereço Diretoria de Gestão de Contratações – UFMS – Avenida Costa e Silva - prédio das Pró-Reitorias - UFMS, Campo Grande/MS - CEP 79090-900 no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS. No prazo limite de 07 (sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

*6.4.3 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

*6.4.4 A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.*

*6.4.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

*6.4.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: (a cargo da exigência da unidade técnica requisitante)*

*6.4.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

*6.4.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*

*6.4.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

6.4.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.4.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## 7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1 Não haverá exigência da garantia da execução da contratação do objeto, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e abaixo descrita:

8.1.1 Aquisição de bens de pronta entrega conforme código de defesa do consumidor.

Artigo 96 da Lei 14.133/2021:

"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 9.1 Condições de Entrega

9.1.1 O prazo máximo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, em remessa (única) contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS, **tudo dentro do prazo de validade da ata de registro de preços. (Artigo 34 – Decreto 11462/2023).**

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o **caput** serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.1.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**9.1.3 UFMS:** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - SEPAT/DISERV/PROADI – Av. Senador Filinto Miller, 1555 - CEP 79074-460 - Vila Ipiranga – UFMS Fone: 067 3345-3508 / 3518.

**9.1.4 CÂMPUS CHAPADÃO DO SUL (CPCS):** Rod. Ms 306, km 105, s/n - Zona rural, Chapadão do Sul/MS - CEP: 79560-000 - Fone: 067 3562-6302.

**Itens: 02, 05, 06, 07, 09, 11, 16, 17, 26, 27, 38, 41, 42, 43, 44, 49, 51, 57, 63 e 69.**

**9.1.5 COFE/FAMEZ (FAZENDA ESCOLA)** - Endereço : Rodovia BR 262, km 380 - 1ª entrada à direita, sentido Campo Grande Terenos - MS - CEP: 79190-000. Fone: 67-3345-3605.

**Itens: 04, 14, 15, 19, 22, 23, 28, 29, 45, 50, 64, 65 e 67.**

**9.1.6 Horário:** das 13h15min às 16h40min, em dia útil.

**9.1.7 Agendamento:** A entrega deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 24h.

9.1.8 A entrega só será considera agendada, após confirmação das unidades.

9.1.9 O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

9.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.3 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer tipo de dano;

9.4 TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

9.5. A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

9.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato / nota de empenho, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.7.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.8. Recolhimento de material enviado em desconformidade: Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

9.9. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

9.10. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

9.11. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.12. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato/empenho;

9.15. Recesso de Fim de Ano: Não haverá recebimento de material, na SEPAT /DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

9.16. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

## **10. GARANTIA, MANUT E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

10.1 O prazo de garantia para materiais de consumo é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.2 Em caso de material permanente:

*10.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

*10.2.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

*10.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

*10.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

*10.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

## **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**11.1 Para entregas imediatas e integrais dos bens adquiridos, o contrato será substituído por nota de empenho (Inciso II - Artigo 95 - Lei 14.133/2021)**

**11.2 Poderá ser utilizado o anexo à nota de empenho. Este documento também poderá complementar informações da nota de empenho e está anexo ao Edital.**

11.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*11.7 Quando e ser for o caso, após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente ; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

11.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for



necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

11.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

11.14 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

11.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.16 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

11.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações

assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

11.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

11.22 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

11.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

11.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 12.1 Recebimento do objeto

12.1.1 Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

12.1.2 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

12.1.3 A licitação é por itens e as Unidades requisitantes estão relacionadas nos sub itens 4.1.5 e 4.1.6.

12.1.4 TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

12.1.5 A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

12.1.6 Os bens serão recebidos provisoriamente, **de forma sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.8 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.9 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#) ***(para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.***

12.1.10 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.12 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **12.2 Recolhimento de material enviado em desconformidade**

12.2.1 Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

12.2.2 Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

**12.2.3 Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na SEPAT /DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

12.2.4 No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

## 13. LIQUIDAÇÃO

13.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

13.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.3.1 o prazo de validade;

13.3.2 a data da emissão;

13.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

13.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

13.3.5 o valor a pagar; e

13.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 14. PRAZO DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (DEZ) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

14.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice de correção monetária a seguir explicitado: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:**

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

<b>I = (TX)</b>	<b>I = (6/100) /365</b>	<b>I = 0,00016438</b>
		<b>TX = Percentual da taxa anual = 6%</b>

### 14.3 Forma de pagamento

14.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **15. CESSÃO DE CREDITO (EM CASO DE CONTRATO)**

15.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES /ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. **(EM CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

*15.2 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

15.3 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

15.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

15.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **16. FORMA, CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **16.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

16.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por itens.

### **16.2 Exigências de habilitação:**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **16.2.1 Habilitação jurídica - CONFORME A PESSOA JURÍDICA / FÍSICA - NO QUE SE APLICAR**

**16.2.1.1 Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**16.2.1.2 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**16.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**16.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



**16.2.1.6 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**16.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**16.2.1.8 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971 e os seguintes documentos:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.2.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **16.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

16.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **16.4 Qualificação Econômico-Financeira**

16.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

16.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

16.4.2.1 Caso não conste na certidão negativa de falência a data ou prazo de validade, somente serão aceitas certidões expedidas há menos de 01 (um) ano anterior à data de apresentação.

16.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

16.4.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 5% [cinco por cento] do [valor total estimado da contratação].

16.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

16.4.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

**16.4.7 No caso de fornecimento de materiais de entrega imediata, dos quais não resultem obrigações futuras, não será exigido dos licitantes a comprovação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e nem a apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais.**

*NOTA EXPLICATIVA UFMS: A inclusão do item 16.4.7 se baseia no inciso III do art. 70º da Lei 14.133/2021, que traz a seguinte redação: "Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*

*III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)".*

Conforme o inciso X do art. 6º da referida Lei, define-se compra como a "aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento".

Desta forma, considerando o histórico de pregões realizados pela UFMS para fornecimento de materiais, com ampla diversidade de itens e de fornecedores, sendo que na maior parte de tais itens a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, optou-se por dispensar a apresentação de índices econômicos e balanços para este tipo de aquisição, também considerando o que consta no art. 3º do Decreto nº 8.535 de 6 de outubro de 2015, a saber:

"Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social".

## 16.5 Qualificação técnica

16.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

~~16.5.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

16.5.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso**.

~~16.5.4 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~16.5.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.~~

Nota Explicativa UFMS: Sobre a qualificação técnica, quando se tratar de pregão para aquisição de materiais de entrega imediata, sugerimos a taxação dos itens 16.5.2, 16.5.4 e 16.5.5. Considerando a diversidade de itens que são adquiridos via Sistema de Registro de Preços, com inúmeros quantitativos diferentes, entendemos que o atestado de fornecimento de objeto similar ou superior, sem a exigência de quantitativos mínimos, já supre a necessidade de verificar a capacidade operacional da empresa.

Cabe destacar que tal entendimento não deve ser aplicado quando a aquisição envolva produtos instalados ou de maior complexidade de fornecimento, cabendo analisar,

*nesses casos, a complexidade e a adequação da exigência de acordo com o objeto e com os requisitos apresentados no Estudo Técnico Preliminar da contratação.*

*A não exigência de quantitativos mínimos para qualificação técnica no fornecimento de materiais de entrega imediata é justificada na leitura do art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021:*

*"Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser: ...*

*III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)".*

16.5.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1. 16.5.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.5.8 Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais na categoria enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, **SEI 4827442 (SUB ITENS 6.1, 6.2 E 6.4)**: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e legislação correlata.

16.5.9 Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

## 17. SANÇÕES

Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, e do manual de sanções da UFMS – Resolução 446/2023 – CD - UFMS, a contratada que, na fase de execução contratual:

17.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

17.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

I – Advertência: será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item **17.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa: Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações relacionadas nos itens: 17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6, 17.7, 17.8, 17.9, 17.10, 17.11, 17.12 e por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021;

III - Impedimento de licitar e contratar **pelo prazo máximo de três anos**: : será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**: Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.8, 17.9, 17.10, 17.11 e 17.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.14 Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.15 A sanção estabelecida no inciso IV do item 17.13 (DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR) será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de **competência exclusiva da autoridade máxima da entidade**;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

17.16 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do sub item 17.13 poderão ser aplicadas cumulativamente com sanção a prevista no inciso II deste mesmo sub item.

17.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.18 A aplicação das sanções previstas no item 17.13 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.19 Conforme o Art. 157 da Lei 14.133/2021, na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 17.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.20 Conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.13 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



17.20.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.20.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.21 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.22 Conforme o Artigo 159 da Lei 14133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.23 Conforme o Art. 160 da Lei 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.24 Conforme o Art. 161 da Lei 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.24.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **item 17.13 deste Termo de Referência**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

17.25 De acordo com o Art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.25.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.26 Conforme o Artigo 163 da Lei 14.133/2021, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.26.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos 17.8 e 17.12 deste Termo de Referência, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17.26.2 (MANUAL DE SANÇÕES UFMS) Fica admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade atendendo cumulativamente aos seguintes critérios: reparação integral do dano causado à Administração Pública; pagamento da multa; transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos.

## **18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

18.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.562.752,92 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na planilha do sub item 2.1.

18.2 A metodologia que descreve a composição de custos, através de pesquisa de preços está relatada no documento SEI 4826036.



## 19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil - neste caso, a nota de empenho. (Artigo 17 – Decreto 11462/2023).

## 20. REAJUSTE DE PREÇOS

### DO REAJUSTE (Artigo 92, VI)

20.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05.03.2024.

20.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado[A1], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao consumidor amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **21. OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE E CONTRATADO**

### **21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

#### **21.1 São obrigações do Contratante (Art. 92, X, XI e XIV):**

21.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

21.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

21.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

21.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

21.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

21.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

21.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

21.1.9 A Administração terá o prazo de 30 DIAS, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Artigo 123 da Lei 14.133/2021

21.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 DIAS. Artigo 123 da Lei 14.133/2021

*21.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

21.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **21.2 São obrigações do Contratado**

21.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

*21.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

21.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

21.2.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

21.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.2.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

21.2.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

21.2.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

21.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

21.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

21.2.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

21.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

21.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

21.2.18 *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;*

21.2.19 *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A5]*

Este termo foi elaborado conforme a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria - Geral da União. Atualização: dezembro de 2022 - Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico - Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022).

## **22. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

22 Não haverá a necessidade de classificar o TR nos termos da Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do artigo 10 da Instrução Normativa nº 81, de 2022, pois se trata de aquisição de bens comuns, não sigilosos.

## 23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SERPRE/PROADI

### **CAMILLA MINERVINI DA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 10:49:12.*

Despacho: Dice/Proece.

### **JOAO BATISTA DE SANTANA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 05/06/2024 às 16:56:43.*

Despacho: CPCS

### **ROSILENE ESTEVAO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 15:53:07.*

Despacho: COAD/INBIO

### **FERNANDA TIMOTEO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 17:05:38.*

Despacho: CPCX

**FLAVIO CELESTINO DE OLIVEIRA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 15:57:58.*

Despacho: CPCX

**VANESSA BRUNA ALENCAR DE ALMEIDA CALVI**

Equipe de apoio

Despacho: CPAR

**HIRAN APARECIDO DA SILVA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 05/06/2024 às 09:58:18.*

Despacho: COAD/FAMEZ

**RICARDO DE PADUA LEITE**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 06/06/2024 às 10:31:57.*

Despacho: DICE/PROECE

**ROBERTO DOS SANTOS BRAGA**

Equipe de apoio

Despacho: SERPRE/PROADI

**SILVIA REGINA NASCIMENTO RIBEIRO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 10:55:43.*

Despacho: DICONT/PROADI

**FLAVIANA MIRANDA DA SILVA DE SA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 16:04:04.*